

OS “FATOS” CONTRA O “CORAÇÃO”: CRISE, EUROCETICISMO E A DIFICULDADE DE MUDAR PADRÕES

Kai Lehman

RESUMO

Existe um amplo consenso entre comentadores, analistas e políticos de que a União Europeia está passando por uma grave crise. No entanto, este artigo pretende demonstrar que esta crise, na verdade, vai muito além da União Europeia ou da esfera econômica, questões em que a literatura e as análises mais se concentraram. Em vez disso, a crise da UE é também profundamente política e é um reflexo de crises nacionais semelhantes em quase todos os Estados membros da UE. Há uma profunda desconfiança da população em relação àqueles que supostamente devem representá-la. Ao mesmo tempo, há uma grave crise de liderança política, em que os líderes ficam travados num modo de gestão de crise quase permanente, incapazes ou não dispostos a pensar e agir estrategicamente. O artigo argumenta que a chave para superar essa crise é examinar os padrões que sustentam a atual crise e intervir neles. Para isso, os líderes políticos precisam fazer com urgência perguntas diferentes, definir objetivos diferentes e se engajar ativamente com a população a que devem servir.

1. INTRODUÇÃO

É incontestável que a União Europeia atravessa uma crise profunda. Também *deveria* estar fora de dúvida que essa crise vai muito além dos problemas econômicos do bloco em geral, e de alguns países em particular. Vários autores, como Kramer (2012), afirmaram várias vezes que a UE atravessa uma grave crise política, no sentido de que ela não sabe mais qual é o seu objetivo e no

sentido de que não parece ter líderes capazes de formular qualquer tipo de “visão estratégica”.¹

O que vou sustentar aqui é que os problemas enfrentados pela União Europeia e seus dirigentes políticos se refletem em – e, em muitos aspectos, se inspiram e são perpetuados por – problemas semelhantes encontrados em nível nacional. Eu diria que a maioria dos países da UE é dirigida por governos que, na verdade, têm muito pouca noção do que eles são “a favor” e o que, estrategicamente, querem alcançar. Temos, então, governos que governam por governar, primeiros-ministros ou chanceleres que estão em seus cargos porque pensam que “seriam muito bom nisso”, como David Cameron expressou de forma sucinta antes de se tornar primeiro-ministro britânico, em 2010 (Rawnsley, 2012). Essa falta de visão é acompanhada – e muitas vezes sustentada e intensificada – por uma exclusão da sociedade, não somente dos processos de tomada de decisão, mas também dos debates fundamentais que levam a essas decisões, alimentando um profundo sentimento de desilusão com o “establishment político”, seja nacional ou europeu.

Indo mais longe, argumentarei que – independentemente das consequências negativas que esse processo tem para a UE e seus Estados membros – isso prejudica muito do que era bom e admirado na organização em todo o mundo, contribuindo para uma “crise política” muito mais ampla que está levando à fragmentação e ao isolamento, e que pode ser vista não só na Europa, como também em partes da América Latina e nos Estados Unidos. Em consequência, eu diria que não é só o regionalismo que está enfrentando problemas profundos, mas a política como um todo, em termos do que está sendo feito (ou não feito), como está sendo feito e por que está sendo feito.

Para escapar desse ciclo, precisamos nos reorientar em termos não apenas de como fazemos política, mas também em termos de estilo e substância: como definimos os problemas? Como podemos desenvolver soluções e como e onde vamos implementar essas soluções? Todas essas questões – e outras – precisam ser repensadas com urgência.

1 Este autor também contribuiu para o debate. Ver Lehmann (a sair), artigo que serve de base e ponto de partida para este texto.

2. QUAL É O PROBLEMA?

Todo mundo sabe dos problemas econômicos que a UE enfrentou nos últimos anos e continua a enfrentar, embora talvez de forma diferente: dívida pública, um sistema bancário frágil, recessões econômicas graves e duradouras em alguns países, desemprego muito alto e, recentemente, a ameaça de deflação, são todos problemas que têm sido amplamente discutidos há algum tempo, como demonstraram Copsey e Haughton (2012) e Lane (2012). Contudo, centrar o foco nesses problemas, por mais urgentes e reais que sejam, não é suficiente para compreender – e muito menos resolver – as questões mais amplas enfrentadas pela União Europeia e a Europa.

Se fôssemos resumir em duas palavras a relação entre os cidadãos europeus e a UE, elas seriam “desconfiança crescente”. De acordo com o “Eurobarômetro”, pesquisa de opinião pública da própria Comissão Europeia realizada no final de 2013, apenas 31% dos inquiridos viam a União Europeia como “totalmente positiva”. Por outro lado, 28% a consideravam totalmente negativa. Embora esses números possam não parecer muito alarmantes, é óbvio que não são muito bons. Mas o que, na minha opinião, é alarmante é a tendência de longo prazo revelada nesses números. Por exemplo, o número de pessoas com uma visão positiva da UE diminuiu de 52%, em 2007, para 31% agora. Da mesma forma, no mesmo período, a percentagem daqueles com uma visão negativa aumentou de 15% para 28%. Durante esse mesmo período, a confiança da população nas instituições *nacionais* – governo e parlamento – diminuiu significativamente de 41% para 23%, no caso de governos nacionais, e de 43% para 23%, no caso dos parlamentos nacionais. Embora isso possa não ser tão surpreendente, tendo-se em mente as agruras econômicas pelas quais a Europa tem passado desde 2008, como outros já salientaram, essas tendências, na verdade, são *anteriores* à crise e apenas foram *aceleradas* por ela.²

Outros indicadores pintam um quadro similar. No Reino Unido, por exemplo, o número de filiados aos partidos políticos tradicionais está em declínio há décadas, como registrou a Câmara dos Comuns (2012). Em eleições recentes na Grécia e na França, os assim chamados partidos de protesto passaram a fazer parte da corrente política principal, particularmente a Frente Nacional francesa. Tudo isso aponta para uma desconexão profunda e crescente

2 Para a pesquisa completa, ver European Commission (2013).

entre o “establishment político” e a sociedade que ele lidera e supostamente representa.

As fontes dessa desilusão foram analisadas amplamente e há algumas diferenças significativas de opinião quanto às causas exatas dessa tendência, como um debate organizado pela Chatham House (2012) deixa claro. No entanto, eu diria que, no que diz respeito à UE, a tendência geral (e o problema) foi resumida perfeitamente por Jochen Bittner (2010), quando sustentou que a UE transforma as “coisas pequenas em grandes demais e as grandes em pequenas demais”. Em outras palavras, a UE tem uma incapacidade de lidar com grandes questões estratégicas, sejam elas o desemprego, a educação e formação profissional, infraestrutura ou imigração, mas faz pequenas coisas que não são apenas desnecessárias, mas também extremamente irritantes, prejudicando gravemente a legitimidade da UE junto à sua população que, como mostramos, já está desiludida.

Eu diria que se trata de um problema que acontece em praticamente todos os níveis de governo em que se possa pensar. Tomando o Reino Unido como exemplo, uma vez que é o país que conheço melhor, sucessivos governos foram incapazes de resolver os problemas cruciais de longo prazo, sejam eles a crescente disparidade econômica entre o norte e o sul, o crescente desequilíbrio na economia entre o setor de serviços e o setor produtivo, a infraestrutura frágil do Reino Unido ou as preocupações do público com a imigração. A *Economist* (2014) resumiu o problema ao dizer que Westminster simplesmente “parou de fazer as coisas”. Nesse sentido, eu diria que há um problema mais amplo de liderança na Europa, uma incapacidade – ou falta de vontade – para enfrentar questões não só grandes, mas complexas.

Evidentemente, os líderes políticos discordam dessa avaliação e poderiam, muito justamente, apontar para a enorme quantidade de atividade desenvolvida para, por exemplo, salvar e estabilizar o setor bancário europeu ou a moeda única desde a crise de 2008. Eles não estariam errados e está claro que algumas das medidas tomadas foram ousadas e, muitas vezes, de tirar o fôlego em seu alcance, sendo um dos melhores exemplos o fundo de resgate europeu (Faiola, 2012).

No entanto, eu diria que nenhuma dessas ações enfrentou os problemas fundamentais que levaram à crise, nem, de forma mais ampla, reverteu a tendência “antipolítica” descrita acima. Com efeito, como Serricchio, Myrrotsakitika e Quagila (2013) mostraram, as consequências muitas vezes dolorosas

para os cidadãos comuns das tentativas de recuperação do sistema financeiro europeu simplesmente *aumentaram* o sentimento de alienação da “classe política” em geral, e da União Europeia, em particular.

A questão é o por quê, e aqui temos de olhar para algumas das tendências e padrões subjacentes que marcam o cenário político contemporâneo. Em outras palavras, precisamos ver o que os problemas descritos acima realmente significam.

3. ENTÃO, O QUE SIGNIFICA TUDO ISSO?

De muitas maneiras, a União Europeia sempre foi marcada por crises e, como tal, seu “estado” atual não é novo nem necessariamente algo para se preocupar. Cini e Borragán (2013), por exemplo, mostraram que a história indica claramente que a UE teve mais “períodos de crise” do que de outro tipo: na década de 1960, foi de Gaulle, na década de 1970, os choques do petróleo, na de 1990, as várias “crises da ratificação” e agora a “econômica” ou crise da “dívida soberana”.

Trata-se de um argumento lícito, mas deixa de levar em conta alguns pontos cruciais que são específicos da situação atual. Em primeiro lugar, durante suas crises anteriores, a UE nunca perdeu de vista seu projeto essencial, tanto político quanto econômico. Mesmo durante as décadas de 1960 e 1970, a Guerra Fria e os esforços para fortalecer as relações franco-alemãs proporcionaram um alicerce fundamental para todo o projeto, o que fez com que não entrasse em colapso. Durante a segunda metade da década de 1980, um aspecto do brilhantismo de Jacques Delors na Presidência da Comissão Europeia foi sua capacidade de unir países e líderes muito díspares em torno de seu programa do mercado único, que, mais uma vez, serviu como um contexto crítico dentro do qual as diferenças coexistiam, mas não levaram ao rompimento da União. Durante a década de 1990 e início da de 2000, as várias crises da ratificação dos tratados – Maastricht, Amsterdã, Nice – ocorreram todas dentro de um contexto em que todos os Estados membros estavam comprometidos em assegurar uma passagem tranquila dos antigos Estados comunistas para uma sociedade liberal, capitalista e democrática. Havia também uma grande concordância de que esse processo deveria incluir a ampliação da União Europeia. Foi fundamental, especialmente durante o processo de ampliação, durante a década de 1990 e início da de 2000, que a UE apresentasse uma significativa flexibilidade

e adaptabilidade em resposta à mudança das circunstâncias, como as alterações de seu calendário para a ampliação mostraram claramente (*ibid.*).

Em outras palavras, sempre houve uma ideia razoavelmente coerente do objetivo da União Europeia, do porquê de sua existência; havia um tema dominante que a sustentava nas crises e nas diferenças que existiam entre os Estados membros.

É esse tema abrangente que faz muita falta no momento e, mais uma vez, trata-se de um problema que existe tanto em nível nacional como europeu. Isso não quer dizer que não tenha havido um tema-política abrangente. A “austeridade” foi claramente esse tema, mas austeridade para *quê*? Além de manter a Grécia na zona do euro e evitar que o Estado grego fosse à falência, o que a austeridade *fez* pelo grego comum? Quais os benefícios tangíveis que ela trará para as pessoas comuns no futuro? Além de evitar que um dos maiores bancos da Espanha fechasse, o que o pacote de resgate do *Bankia* obteve? O que foi feito para ajudar os 50% dos jovens desses países que estão desempregados? O que foi feito para que as consequências a longo prazo da Austeridade possam ser combatidas? Em outras palavras, qual é a *narrativa* que pode explicar não só o que foi feito, mas o por quê? Qual é a narrativa no interior da qual as consequências não intencionais de austeridade, como o aumento da mortalidade infantil na Grécia (Cooper, 2014) ou o crescimento da migração (Pidd, 2011), podem ser não somente racionalizadas, mas transformadas em políticas inovadoras, de longo prazo e *sustentáveis*? O que foi feito, de forma mais ampla, para defender e sustentar a integração europeia como um projeto *que vale a pena* diante de um panorama tão desfavorável?

Tendo em mente a necessidade de desenvolver esses argumentos, as inconsistências gritantes que foram exibidas por líderes políticos não ajudam e, de novo, é no nível nacional que podemos encontrar muitas dessas inconsistências.

Tomemos, por exemplo, David Cameron e a Austeridade. Ao entrar em Downing Street, ele enfatizou que a austeridade era uma *necessidade*, não uma escolha. Em outras palavras, ele não estava fazendo “cortes por cortar”. No entanto, em um discurso para líderes empresariais feito em 2013, ele falou sobre a austeridade como forma de reconfigurar permanentemente o papel e o tamanho do Estado (ver Watt, de 2013, sobre essa mudança). Apenas alguns meses depois, em resposta às inundações de Natal e Ano Novo de 2013/14 no sul da Inglaterra, ele prometeu que o Estado pagaria “o que for preciso” para facilitar a reconstrução das regiões mais afetadas (Morris, 2014).

Não estou dizendo que alguma dessas políticas é errada em si mesma. É claro que se pode fazer a defesa da Austeridade, ou de um Estado permanente menor (ou no jargão moderno: mais eficiente), ou da necessidade de investir boa parte dos recursos estatais na reconstrução de áreas do país devastadas por inundações. O que *não* se pode fazer é apresentar todos esses argumentos quase ao mesmo tempo, sem se contradizer. Qual, então, é a narrativa de David Cameron?

A liberdade europeia de circulação é outro exemplo de inconsistências semelhantes que atravessam vários níveis de governo. Praticamente *todos* os governos da UE alardearam essa liberdade, não apenas como uma das principais realizações positivas do processo de integração europeia, mas como um passo necessário para competir em um mercado globalizado: a palavra de ordem era “flexibilidade da mão-de-obra”. Hoje em dia, o próprio princípio está sendo questionado abertamente por muitos governos e estão introduzindo restrições em relação a muitos direitos que costumavam vir com a liberdade de circulação europeia (Pop, 2012).

Pode-se muito bem defender os méritos de algumas das propostas específicas apresentadas atualmente, mas há inconsistências claras em termos dos princípios que as sustentam, levando-se em conta que, em geral, a mesma “classe política” que agora propõe restrições costumava defender essas liberdades fundamentais da UE.

O que se tem, então, é um esvaziamento do processo político e do discurso político. As políticas são feitas em um vácuo, sem sustentação em qualquer tipo de narrativa consistente que possa nos dar uma ideia de para onde estamos indo. Na verdade, eu iria mais longe e diria que, enquanto alguns líderes, como Cameron, tiveram narrativas inconsistentes, ou seja, que mudaram com frequência, outros não tiveram nenhuma. Por que, por exemplo, Barroso foi presidente da Comissão Europeia por dez anos? É difícil encontrar uma resposta.

Tendo isso em mente, surpreende muito pouco que tenha havido uma rejeição da “velha política” e uma corrida em direção a atores e partidos políticos que condenam exatamente o tipo de coisas descritas acima. Assim, quando Nigel Farage, líder do Partido Independente do Reino Unido (UKIP), defende que os políticos britânicos devem se concentrar em encontrar emprego para a “classe trabalhadora branca britânica” ou quando políticos gregos culpam a UE e/ou a Alemanha pelo mau estado de seu país, ou quando Movimento

Cinco Estrelas da Itália afirma que eles deveriam simplesmente acabar com toda a classe política italiana, isso atrai um segmento significativo das respectivas populações, que, como mostramos acima, desconfiam profundamente de quem está no poder e que se defrontam todos os dias com as inconsistências daqueles de quem desconfiam de qualquer maneira.

O grande perigo, tanto para a UE como para os líderes europeus, é o fato de que as políticas oferecidas por esses partidos não podem ser combatidas apenas por “fatos” e por mostrar como seriam inviáveis na prática. Nesse ponto, o exemplo do Partido Independente do Reino Unido é mais uma vez instrutivo. À medida que as intenções de voto para o partido aumentaram, seu líder ficou muito mais exposto ao escrutínio da mídia. É consenso que seu desempenho em muitas entrevistas foi ruim e muitas das políticas que seu partido defende foram rejeitadas por ele, sem falar do fato de que muitos candidatos de seu partido foram apanhados fazendo, para dizer o mínimo, comentários ofensivos e, em alguns casos, abertamente racistas, em desacordo total com viver numa sociedade liberal e exercer um cargo representativo nela. Na verdade, o próprio Farage está se esquivando de supostas irregularidades de suas despesas parlamentares na União Europeia e não consegue justificar o fato de empregar sua esposa alemã como sua secretária. No entanto, apesar de tudo isso, as intenções de voto no UKIP continuaram a aumentar, como confirmaram as recentes eleições europeias, ganhas pelo partido. Como disse Andrew Rawnsley (2014), parece que, atualmente, o “coração” vai prevalecer sobre a “cabeça” no que diz respeito à política em geral e à UE em particular.

Isto pode se dever ao que esses partidos – e seus líderes – representam. Por um lado, como demonstramos, eles representam uma rejeição do *establishment*. Por outro lado, no entanto, eu também diria que eles respondem a um profundo sentimento de insegurança de partes significativas da população, oferecendo soluções aparentemente simples para problemas profundos: sair da UE, deter (ou, pelo menos, controlar) a imigração, protecionismo econômico etc. Como mencionamos, se essas políticas funcionariam realmente na prática é, neste momento, quase secundário, já que, para bem ou para o mal, esses partidos representam de fato um – nesta maravilhosa maneira alemã de dizer as coisas – *Politikentwurf*, um conceito ou projeto político, que, pelo menos superficialmente, é consistente e trata dos problemas do “homem comum”. Esse *Politikentwurf* só é notável por sua ausência no interior do establishment político europeu.

4. E AGORA? DESAFIOS PARA A EUROPA E A UNIÃO EUROPEIA

O que tentei mostrar é que os problemas enfrentados na Europa neste exato momento não são específicos da UE, nem são econômicos *ou* políticos. O que temos são *padrões* que se estendem ao longo do tempo, do espaço e dos níveis de análise.

Do lado do “*establishment*”, o que sustenta todas as políticas atuais é a ideia de “crise” e a necessidade de “austeridade”, termos que transcenderam as divisões partidárias. Na elaboração das políticas para resolver a crise, as principais medidas que fazem a diferença são as proporções das dívidas, o tamanho dos fundos de resgate e os números do PIB. As políticas que estão sendo implementadas são elaboradas pela Troika composta por UE, FMI e Banco Central Europeu, e são comunicadas aos respectivos governos, com o anexo importante de que realmente “não há escolha” na realização das “reformas estruturais” necessárias, um dos argumentos que o ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, utilizou para justificar o seu pedido de um adiamento das eleições gregas há dois anos (Münchau, 2012).

Contudo, vistas *de baixo*, as perspectivas são um pouco diferentes. Aqui, austeridade significa *cortes* nos serviços e benefícios pelos quais as pessoas comuns pagaram através de impostos ao longo de sua vida profissional. A UE ou o FMI não são vistos como aqueles que tentam *resolver* a crise, mas, sobretudo, como aqueles que a *causaram*. As principais diferenças, então, não são os números do PIB, mas *experiências pessoais*, que muitas vezes têm muito pouca semelhança com números gerais. Para essas pessoas, a UE e os outros impõem um *diktat* e o ressentimento aumenta em conformidade. Alguns comentaristas, como Schmitter (2012), também apontaram o surgimento de clivagens novas e, para a UE, incomuns e perigosas entre o Norte e o Sul, ricos e pobres, as quais solapam a solidariedade europeia, alicerce tradicional da UE e, muitas vezes, provocam tensões políticas destrutivas.

Esses padrões contraditórios levaram a um conjunto do que Eoyang e Holladay (2013) chamam de regras simples que sustentam um padrão muito perigoso de desenvolvimento. Para os líderes, estas regras são:

- resolver a crise em primeiro lugar
- pensar a curto prazo
- proteger o que temos
- fazer o que podemos, não o que devemos

Para partes significativas da população, no entanto, as regras simples são:

- desconfiar de quem está no comando
- rejeitar o establishment
- proteger-se dos “outros”

Aliás, padrões semelhantes podem ser observados nos Estados Unidos, na Ásia ou na América do Sul, inclusive no Brasil. Aqui temos também líderes incapazes ou não dispostos a fazer as coisas estratégicas que precisam ser feitas e que tratam de proteger-se, jogam com o sentimento nacionalista e são alérgicos e – pior do que isso – não receptivos a críticas “de fora”. Há em todo o mundo uma suspeita do “outro” e o desejo de “homens fortes” que apresentem soluções simples para problemas complexos.

O que temos, então, são padrões que trabalham uns contra os outros e tornam muito *menos* provável um processo coerente de desenvolvimento através do tempo e do espaço. O que estamos vendo é um processo de *fragmentação*, que precisa ser enfrentado com urgência. Desse modo, não basta olhar para os números do PIB ou para as estatísticas de desemprego para julgar o progresso ou sucesso de determinadas políticas. Precisamos ver se e como essas políticas influenciaram os padrões subjacentes, se e como esses padrões podem ser usados para estabelecer e alcançar “regras simples” novas através do tempo e do espaço etc. Em outras palavras, o que precisa mudar é o contexto dentro do qual a Europa pode se desenvolver do ponto de vista econômico, social e político. É por *essa* razão que um novo *Politikentwurf* é tão necessário, porque ele daria aos líderes políticos europeus – e à população que eles representam – algo pelo que lutar, objetivos claros em torno dos quais se possa debater e moldar novos padrões.

No entanto, para envolver a população nesse esforço é essencial que esta mesma população se engaje nele. Como mostramos, um dos principais problemas enfrentados hoje é que há uma desilusão com os líderes políticos que aumenta no tempo e no espaço, um sentimento de alienação e medo do novo e do desconhecido. Para enfrentar esse padrão, é fundamental que os líderes políticos não se limitem a “falar” para a população. É preciso haver um *intercâmbio* no tempo e no espaço, através de vários “níveis de análise”, para usar o termo de relações internacionais. Os líderes políticos de todo o espectro precisam se afastar da ideia de que eles sabem mais, que existem para nos mos-

trar o que é melhor e que tratem as populações como consumidores passivos de políticas pensadas alhures.

Especificamente para a UE isso pode muito bem significar fazer menos, mas fazer melhor, um slogan que foi usado por Jacques Santer, há vinte anos (com pouco resultado, como se viu!), mas que hoje talvez tenha mais relevância do que jamais teve. Isso significa repensar suas regras básicas e agir em conformidade. E se as regras básicas da UE fossem

- ouvir e comprometer-se
- ser honesto
- aprender e avaliar com cada interação
- pensar estrategicamente
- delegar e descentralizar?

Se a União Europeia – e os líderes europeus – pensassem e agissem de acordo com essas regras, isso obviamente não resolveria todos os problemas, nem garantiria determinados – ou mesmo desejáveis – resultados, mas estabeleceria um caminho de desenvolvimento diferente e abriria a possibilidade de diferentes padrões de elaboração de políticas ao longo do tempo, do espaço e de escalas.

É discutível se é possível para a UE e outros políticos europeus se reposicionar e se remodelar dessa forma. Sob muitos aspectos, fomos todos criados para sermos receptores passivos de políticas e decisões tomadas por aqueles “que sabem mais”, a quem confiamos fazer o que é melhor para nós tanto coletiva como individualmente.

No entanto, como mostramos, isso não está obviamente funcionando e a insatisfação parece estar se disseminando. O desafio está, então, em os líderes políticos reconhecerem essa insatisfação e usá-la para mudar não apenas as políticas, mas o *modo* como ela são feitas e o modo como eles interagem com aqueles que representam. Necessita-se com muita urgência de mudanças e de repensar tudo radicalmente.

KAI LEHMANN tem um mestrado em Política da União Europeia (1999) e um Doutorado em Relações Internacionais (2010), ambos da Universidade de Liverpool, Inglaterra. Seus interesses de pesquisa tem enfoque particularmente em política externa, na aplicação da Teoria da complexidade nas relações Internacionais, na União Europeia, e na integração regional em geral. Ele é professor na Universidade de São Paulo (USP).

REFERÊNCIAS

BITTNER, Jochen. *So nicht, Europa: Die drei grossen Fehler der EU*. Munique: DTV Premium, 2010.

CHATHAM HOUSE. 'Chatham House Debate', *Ever Closer Union? The future of the European Project* (2012). Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/events/view/182346>, acessado em 22 de julho de 2013.

CINI, Michelle e BORRAGÁN, Pérez-Solórzano, *European Union Politics (4th edition)*, Oxford: Oxford University Press, 2013.

COOPER, Charlie. Tough austerity measures in Greece leave nearly a million people with no access to healthcare, leading to soaring infant mortality, HIV infection and suicide. *The Independent*, 21 de fevereiro de 2014, acessado via <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/tough-austerity-measures-in-greece-leave-nearly-a-million-people-with-no-access-to-healthcare-leading-to-soaring-infant-mortality-hiv-infection-and-suicide-9142274.html>, acessado em 25 de maio de 2014.

COPSEY, Nathalie e HOUGHTON, Tim. Desperate, but not serious: The EU in 2011. *Journal of Common Market Studies Annual Review*, Vol. 50, p. 1-5, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. *Standard Eurobarometer 80*, 2013, acessado via http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_en.htm, acessado em 27 de maio de 2014.

EOYANG, Glenda H. e HOLLADAY, Royce J. *Adaptive Action: Leveraging Uncertainty in Your Organization*. Stanford: Stanford Business Books, 2013.

FAIOLA, Anthony. European leaders agree to use bailout fund to help banks, contain crisis. *Washington Post*, 28 de junho de 2012, acessado via http://www.washingtonpost.com/world/europe/eurozone-leaders-hold-meeting-on-emergency-measures-to-help-spain-italy-markets/2012/06/28/gJQArdejAW_story.html, acessado em 26 de maio de 2014.

HOUSE OF COMMONS. Membership of UK Political Parties. *Commons Library Standard Note 05125*, 3 de dezembro de 2012, acessado via <http://www.parliament.uk/business/publications/research/briefing-papers/SN05125/membership-of-uk-political-parties>, acessado em 26 de maio de 2014.

LANE, Philip R. The European Sovereign Debt Crisis. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 26, No. 3, p. 49-68, 2012.

KRAMER, Steven Philip. The Return of History in Europe. *Washington Quarterly*, Vol. 35, No. 4, p. 81-91, 2012.

LEHMANN, Kai. Crisis, what (type of) crisis? The overlapping problems of the European Union. *Sociologia e Política*. (a sair),

MORRIS, Nigel. UK weather: U-turn may see David Cameron reluctantly tap EU flood assistance fund. *The Independent*, 13th February 2014.

MÜNCHAU, Wolfgang. Greece must default if it wants democracy. *Financial Times*, 19 de fevereiro de 2012.

PIDD, Helen. Europeans migrate south as continent drifts deeper into crisis. *The Guardian*, 21 de dezembro de 2011, acessado via <http://www.theguardian.com/world/2011/dec/21/europe-migrants-crisis-irish-portuguese>, acessado em 21 de maio de 2014.

POP, Valentina. Winds of populism' threaten free movement. *EUObserver*, 25 de abril de 2012, acessado via <http://euobserver.com/justice/116032>, acessado em 25 de maio de 2014.

RAWNSLEY, Andrew. Posh boys stood on the burning deck when all but they had fled. *The Observer*, 28 de abril de 2012, acessível via <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/apr/28/andrew-rawnsley-cameron-osborne-poshness>, acessado em 27 de maio de 2014.

RAWNSLEY, Andrew. Pro-Europeans who shrug off Nigel Farage do so at their peril. *The Observer*, 6 de abril de 2014, acessado via <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/apr/06/europe-ukip-pro-europeans-nigel-farage-nick-clegg>, acessado em 26 de abril de 2014.

SCHMITTER, Philippe. European Disintegration: a way forward?. *Journal of Democracy*, Vol. 23, No. 4, p. 39-48, 2012.

SERRICCHIO, Fabio, MYRTOTSAKATIKA, Myrto e QUAGILA, Lucia. Euroscepticism and the global financial crisis. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 51, No. 1, Special issue, p. 51-64, 2013.

THE ECONOMIST. Britain's idle parliament. 5 de abril de 2014, acessado via <http://www.economist.com/news/leaders/21600121-legislature-has-stopped-doing-things-so-it-might-well-start-undoing-things-britains-idle>, acessado em 27 de maio de 2014.

WATT, Nicholas. David Cameron makes leaner state a permanent goal. *The Guardian*, 12 de novembro de 2013.